

samento político de Fernando Pessoa, marca o ensaísmo de Francisco Iglésias com uma nota de autêntica serenidade.

BENEDITO NUNES

*

* *

MOTA (Carlos Guilherme). — *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo. Perspectiva e Editora da Universidade de São Paulo. 1972.

Originalmente, apresentado como tese de doutoramento na Universidade de São Paulo, em novembro de 1970, trata-se de trabalho modelar no gênero, “um estudo de história da consciência social” (p. 1), que vem fornecer elementos valiosos para a compreensão da mentalidade brasileira, no início do século XIX.

Para avaliar-se o mérito da pesquisa, basta verificar a documentação utilizada pelo professor Carlos Guilherme, quase tôda inédita e em grande parte transcrita na obra: documentos manuscritos, documentos impressos, cronistas, informações de viajantes, artigos e publicações periódicas, bibliografia geral e especializada.

O livro compõe-se de quatro capítulos e uma parte introdutória, onde o autor faz considerações sobre o tema, o método e a documentação.

No primeiro capítulo, “O Nordeste brasileiro, da descolonização portuguesa a dependência inglesa”, o autor demonstra a necessidade de enquadrar-se o movimento de 1817, dentro de um contexto mais amplo, devendo ser entendido como: a “primeira manifestação mais significativa de uma série de rebeliões que iriam marcar o trânsito do Brasil do Antigo Sistema Colonial português para os quadros do Imperialismo inglês” (p. 15). Salienta também que o movimento insurrecional, eclode numa época de crise econômica no nordeste, agravada pelas tensões sociais que há muito vinham se desenvolvendo. Interesses da aristocracia nativa, chocam-se com interesse dos mercadores. Os monopólios afetam todos os setores, grandes proprietários, comerciantes nacionais e camadas livres e pobres. Fatores externos como: importação de idéias, infiltração de comerciantes do noroeste europeu e Estados Unidos da América, movimentos emancipadores da América Espanhola e a presença inglesa que controla cada vez mais os diversos níveis da vida do nordeste, também concorrem para acelerar o processo de deterioração das relações sociais.

No segundo capítulo, “As formas de pensamento revolucionários”, o autor interpreta a sociedade nordestina no início do século XIX, como “estamental escravista”. A partir dessa premissa, propõe um estudo das formas de pensamento emergentes na época, diversa d'aquela que utiliza o “esquema do tipo luta de classes” (p. 68), uma vez que essas formas de pensamento, só podem

refletir as características dos setores que as fundamentam, no caso a Sociedade estamental escravista.

A complexidade do universo social que vem se modificando nesta fase de descolonização impõe: 1º). — a não simplificação de realidades sociais e mentais; 2º). — a impossibilidade de atribuir motivações a tal ou qual fator; 3º). — a não atribuição exclusiva a alguma categoria social da responsabilidade na condução do processo revolucionário.

A partir do levantamento da maior ocorrência e principalmente da passagem da utilização quantitativa para a qualitativa, de termos significativos com conotações diversas, como o termo “classe”, o autor infere, a “existência de uma viragem mental acompanhando o processo de descolonização portuguesa no Brasil (p. 73). Essa viragem mental, corresponde a novas maneiras de encarar as relações sociais em 1817. Entretanto, tal diferenciação não pode ser generalizada a todas as camadas sociais. Deve-se considerar a interferência de variáveis, tais como: valores culturais, importação de idéias sobretudo pelas camadas dirigentes, a complexidade do universo social e principalmente, a limitação imposta pela organização do trabalho em moldes escravistas.

É verdade que a contestação da ordem social, em maior ou menor grau, chega a atingir todos os setores sociais, entretanto, o aprofundamento desses desencontros vai levar colonizadores e colonizados a reequacionar suas posições. A alteração a que se propunha a camada dominante dizia respeito ao plano político: vitalização frente à metrópole. No plano interno a preocupação dirigiu-se para a contenção da escravaria, dos lavradores brancos e dos moradores, enfim pela manutenção da ordem escravocrata. Assim, o processo revolucionário vê-se travado “dando margem à reorganização das forças repressivas” (p. 120).

Uma vez que não houve modificação nas relações de produção, o autor caracteriza o movimento de 1817, como uma insurreição das elites coloniais, com tendência liberalizante, não democrático, mas de cunho nacionalista. No plano das relações sociais, a sociedade estamental escravista “sofre um abalo em 1817, sem haver entretanto, a emergência de sociedade de classes”. “A revolução em seu conjunto, configurava o fortalecimento do estamento escravista em relação a antiga metrópole” (p. 162).

No terceiro capítulo, “As formas de pensamento ajustadas”, o objetivo do autor é determinar os setores que forneceram os contingente para a contra revolução e, investigar algumas “bases sociais que alimentavam a produção de formas de pensamento contra-revolucionário” (165). Além de mostrar a falta de homogeneidade da repressão, esboça os “valores gerais dos homens do sistema” (p. 165), procurando caracterizar seu universo mental.

As incertezas do setor repressivo são constadas, através do estudo das notas de Oliveira Lima, inseridas no livro de Muniz Tavares e das anotações de Tollenare.

Alguns problemas que influenciaram negativamente a revolução, persistiam impedindo a eficácia da contra-revolução. Comportamentos revolucionários ainda se faziam presentes, assim como atitudes nacionalistas. A própria mentalidade do colonizado demonstrava significativas mudanças.

“Em tais condições, não seria possível esperar uma regeneração imediata e integral das estruturas de dominação no nordeste” (p. 178). Uma repressão muito violenta poderia ser desastrosa, havia necessidade de dar uma “resposta flexível aos problemas emergentes” (180). O objetivo final da repressão era o reequilíbrio do sistema, mas as divergências entre poder civil e militar dificultavam a obtenção de bons resultados. Os ajustamentos iam se fazendo num esforço de reabsorção das áreas tumultuadas.

A visão que os contra-revolucionários tinham do fenômeno ocorrido em 1817, sofreu uma evolução: de início viam o processo como uma Inconfidência e muitas vezes como um fenômeno isolado, depois como uma revolução militar ou mesmo uma guerra civil. Entretanto, os juízos continuavam sofrendo, em certa medida, a interferência de experiências anteriores.

No quarto capítulo, “A formas de pensamento reformista”, a preocupação do autor permanece sendo a de classificar as manifestações mentais dos inícios do Dezenove” (p. 198). Assim defende o ponto de vista de que a insurreição de 1817, contendo determinações aos mesmo tempo liberais, nacionais e descolonizadoras, provocou modificações profundas nas antigas maneiras de pensar, inaugurando uma linhagem de pensamento reformista. “Tal linhagem situa-se a meio caminho entre as formas de pensamento revolucionárias e aquelas tradicionais do sistema colonial” (197).

Através da análise das ideologias, de alguns personagens ligados ao movimento de 1817, e em especial, do advogado dos revolucionários Aragão e Vasconcelos e do historiador Muniz Tavares, o autor procura supreender, “a emergência e as peculiaridades da ideologia liberal e nacionalista no Brasil, na primeira metade do século passado” (203). O professor Carlos Guilherme demonstra primeiramente, como o advogado na ânsia de defender seus constituintes, viu-se obrigado a recorrer a uma extensa bibliografia, defrontou-se com problemas da sociedade brasileira e, assim, muitas vezes viu seus valores e visão de mundo abalados. Percebe o autor esse desajustamento de Aragão e Vasconcelos em relação a ordem estabelecida, mas não constata posturas mais radicais. Suas idéias políticas seriam reformistas mas não revolucionárias. Aragão e Vasconcelos, não aceitava sem discussão o sistema estabelecido, mas ao mesmo tempo defendia uma certa estruturação da sociedade, a sociedade estamental. O seu comportamento mental contém já, as premissas básicas, do pensamento liberal brasileiro do século passado.

Continuando suas indagações sobre as raízes, vicissitudes e peculiaridades do pensamento liberal brasileiro, e do nacionalismo emergente no início do século

XIX, o autor analisa também detalhadamente a obra de Muniz Tavares, que considera uma das principais fontes para esse estudo.

Para o professor Carlos Guilherme, o revolucionário e historiador, “legou uma certa maneira de ver a vida social brasileira que, através das várias gerações de intelectuais e políticos, se perpetuou e se erigiu em ideologia” (246).

A visão de mundo de Muniz Tavares, já distanciava-se daquela dos reformistas ilustrados luso brasileiros, dos fins do século XVIII e começos do XIX. Sua postura liberal, se manifestava no combate ao monopólio, na preferência pelos Estados Unidos da América como modelo e finalmente, na visão que “possuía da sociedade brasileira, visão marcada pelas maneiras de perceber as altas camadas” (p. 264). Quanto ao pensamento nacionalista em Muniz Tavares manifestava-se, segundo o professor Carlos Guilherme, na crítica aos portugueses, no regionalismo, na perspectiva histórica, no elogio à aristocracia rural e nas qualidades que atribuía ao caráter do colonizado.

Na conclusão de sua obra, o autor propõe apreciações em dois planos: o da “história das mentalidades” e o da “natureza da revolução no período considerado” (p. 283). Quanto ao primeiro plano apesar de defender a existência de uma significativa viragem mental, o professor Carlos Guilherme destaca a importância da interferência de “variáveis e ingredientes pouco avaliáveis, se adotadas como modelos as revoluções metropolitanas de caráter burguês e nacional” (p. 283). Assim, salienta o destaque dado no seu estudo aos valores culturais e representações do homem comum, à complexidade do universo social, à extensão do movimento, além dos ingredientes bibliográficos utilizados principalmente pelas camadas dominantes. Em relação ao segundo plano de suas apreciações, ou seja quanto à natureza da revolução, o autor afirma, que o termo “revolução”, não será o mais adequado para denominar os eventos ocorridos em 1817 (p. 286), uma vez que, nenhuma alteração ocorreu nas relações de produção. A manutenção da estrutura escravocrata era requisito básico para a afirmação das camadas dominantes. O máximo atingido foi “reforma a longo prazo, e não revolução” (p. 287). Após a repressão, o sistema pressionado pela inquietação reinante, procurava também liberalizar-se, “preconizando a abolição gradual e o recurso à imigração branca” (p. 287). Assim, o liberalismo emerge marcado pela convergência de interesses entre colonizadores e colonizados no que diz respeito à organização do trabalho.

Finalizando, lembra o autor, a atuação do imperialismo inglês que, na defesa de seu interesse, atua no sentido de evitar “transbordamentos e radicalismo revolucionários à época da Independência” (287).

Em linhas gerais e na essência, procuramos aqui retratar o conteúdo do volume: *O Nordeste 1817: estruturas e argumentos*.

Na verdade acreditamos que essa síntese, já é suficiente para mostrar a importância da contribuição do trabalho do Prof. Carlos Guilherme.

Entretanto, não podemos deixar de salientar, a utilidade da obra para o estudioso dos comportamentos sociais e mentais brasileiros. O livro abre novos horizontes e leva a um re-exame das idéias a esse respeito.

GLACYRA LAZZARI LEITE

*

* *

MOTA (Carlos Guilherme) (Organizado por). — 1822: *Dimensões*. Coleção "Debates" nº 67. São Paulo. Editora Perspectiva. 1972, 487 pp.

A comemoração dos cento e cinquenta anos da Independência do Brasil proporcionou a publicação de dezenas de artigos, conferências e livros. É natural o fato, que a data devia ser festejada. Se se fizer exame dessa enorme produção que se diz historiográfica, no entanto, o resultado será desalentador, que pouco se produziu de interesse ou importância. É lamentável que a História seja invocada apenas nesses momentos, como se sua tarefa consistisse em marcar efemérides, com festas. Em centros adiantados, confere-se à História outro papel, como se vê na Inglaterra, nos Estados Unidos, na União Soviética, em que o historiador é ouvido como técnico que tem uma palavra a dizer, não como o orador que lembra o passado para glorificar o presente, em perspectiva ideológica de conteúdo pobre. O conceito comum que se tem de História no Brasil — que infelizmente não é só do povo, mas das autoridades, e, o que é pior, da maior parte dos que se chamam historiadores ou dirigem os cursos de História da Universidade, no equívoco do amadorismo que explica a fragil qualidade da historiografia nacional, na produção média — é que ela é o estudo do passado, como ornamento, erudição ou matéria a ser usada nos momentos de celebração. Perde-se assim o seu sentido, falseia-se a sua natureza e os resultados aí estão, na insuficiente categoria da quase totalidade do que se publica, que nada mais é que crônica ou discurso. Ainda é cedo para balanço do que representou o ano de 72 para esclarecimento do fato estudado — a Independência. Há muito a aparecer. Do que se conhece, há pouco de contribuição original, como pesquisa de fontes ou enfoque interpretativo.

É nesse quadro de edições que se deve colocar o livro organizado por Carlos Guilherme Mota (1822: *Dimensões* — Coleção Debates, nº 67 — São Paulo, Editora Perspectiva, 1972 — 487 p.). O que primeiro chama a atenção é que a coletânea não foi feita como comemoração por discursos, mas como estudo. De fato, as grandes datas, colocando problemas básicos, proporcionam análises, revisões e novidades que enriquecem o conhecimento que se tem de determinado episódio ou época. A melhor comemoração, pois, é o estudo crítico. Com essa preocupação é que o jovem historiador de São Paulo, que trabalha exatamente tal linha de indagações, como se vê com seus dois livros *Atitudes de inovação no Brasil e Nordeste 1817*, convocou alguns companheiros de ofício, brasileiros e